

REFLEXÕES SOBRE O AGIR MORAL EM PETER SINGER*

Samuel MENDONÇA **
Instituto de Filosofia - PUC-Campinas

RESUMO

Pretendemos percorrer a argumentação de Peter Singer, sobre as razões que temos para agir moralmente. O autor esclarece que esta questão faz parte de um grupo diferente das questões que partem da ética.

ABSTRACT

We intend to discuss Peter Singer's argument about our reasons to act morally. The author states that this question is part of a different group of questions related to ethics.

INTRODUÇÃO

Peter Singer¹ apresenta, no último capítulo da obra *Practical Ethics*², uma discussão em torno da nossa obrigação de agir moralmente. Mais precisamente, formula assim: *Por que agir moralmente?*³

Parece-nos que a *ética prática* defendida por Singer insere-se no contexto de provocar a mudança de atitude do agente racional. Desta maneira, na medida em que nos deparamos com situações de ética aplicada, concordamos com o autor sobre a necessidade deste questionamento. A proposta deste trabalho, então, está em acompanhar a argumentação de Peter Singer sobre a obrigação do agir moral, com base na noção de ética que ele apresenta.

A pergunta “Por que devemos agir moralmente?”, é gerada a partir de discussões de ética prática sobre temas como: aborto, a eutanásia,

ricos e pobres, a destruição do meio ambiente, os refugiados. Peter Singer, diferencia: perguntas que partem da ética e perguntas sobre a ética. O primeiro grupo de perguntas pode ser exemplificado assim: “Pode a eutanásia ser justificada?”, ou então, “Devemos ajudar aos pobres?” Ou seja, são perguntas de ética normativa. Já o segundo grupo de perguntas investiga a própria ética, ou seja, “Por que agir moralmente?”, é um tipo diferente de pergunta.

Iniciemos com um entendimento do tipo de questão posta: “Por que devo agir moralmente?”, difere do grupo de questões que buscam razões para um agir de uma determinada maneira. Geralmente fazemos perguntas que buscam razões que justifiquem ou endossem determinadas ações. Estas perguntas já supõem um determinado ponto de vista, uma determinada concepção de ética. Contudo, “Por que agir moralmente?”, difere deste grupo de perguntas da ética normativa, pois tem

(¹) Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Filosofia Analítica, na UFSC em 1997.

(²) E-mail: samuel@bitline.com.br .

como alvo a legitimidade da própria ética. Em outros termos, “Por que agir moralmente?” é um tipo de pergunta que, a rigor, não pretende partir de uma concepção de ética; não parte, desta forma, de suposições, não busca razões para se agir desta ou daquela maneira, mas busca investigar se existe alguma obrigação de agir moralmente, ou seja, é uma pergunta para a ética e não para a ação moral.

Somente para efeito de esclarecimento, Peter Singer usa, indiferentemente, ética e moral para se referir a questões práticas. Considera que a ética deve voltar-se para os problemas práticos. Podemos dizer que nosso autor considera que uma situação é ética, quando um agente racional deve se confrontar com ela. Embora não precisemos decidir com frequência sobre questões como o aborto, a eutanásia, o fato de estarmos sujeitos a escolhas desta natureza justificam a concepção de ética prática do autor.

Se a ética nos coloca em situações de decisão, alguém pode questionar se temos que ser éticos. Isto porque decidir sobre a preservação do meio ambiente, ou sobre a obrigação que têm os ricos de ajudar os pobres, nem sempre é uma decisão fácil, ou que dê prazer.

PARA COMPREENDER A QUESTÃO

Peter Singer problematiza a natureza da pergunta “Por que devemos agir moralmente?” com dois grupos de argumentos. Tais argumentos rechaçam a pergunta enunciada; posteriormente o autor mostrará os problemas destes argumentos, mantendo a necessidade da nossa questão, para circunstâncias éticas.

O primeiro grupo sustenta que a pergunta posta é logicamente inadequada, por tentar perguntar algo que não deve ser perguntado. A base de tal argumento está em que, quando assumimos princípios éticos, estes equivalem a princípios que consideramos importantes. Isto posto, segue-se que, qualquer princípio adotado por uma pessoa, representa o princípio desta pessoa, não cabendo nenhum tipo de pergunta de ordem prática. Desta forma, a pergunta “Por que devemos agir moralmente?” não faz sentido.

Rejeitar a pergunta acima como logicamente inadequada, vai de encontro à sua própria

concepção ética. Peter Singer entende que a ética deve ser universalizável, ou seja, é necessário que ultrapassemos a esfera do interesse pessoal. O sentido da ética está na igual consideração de interesses dos afetados por nossas ações. Se aceitarmos este princípio ético, a pergunta parece justificável. Singer argumenta que sustentar juízos éticos universalizáveis não se compatibiliza com a defesa de princípios éticos de uma pessoa, como princípios que ela considera importantes, sem levar em consideração os interesses de todos os afetados. A consideração destes princípios éticos como qualquer princípio que alguém considera importante faz gerar um relativismo, pois qualquer princípio adotado vale como princípio ético. Desta forma, rejeitar a pergunta “Por que devemos agir moralmente?”, mostra a nossa incapacidade de usar a universalizabilidade dos juízos éticos, para discutirmos questões específicas sobre a ação moral.

O segundo grupo de argumentos que pretende rejeitar a questão “Por que devemos agir moralmente?”, é formulado a partir de uma aproximação entre razão e ética. Ou seja, deve-se rejeitar a pergunta anterior, da mesma maneira que se rejeita a pergunta “Por que devo ser racional?”. A tentativa de sustentação desta rejeição pretende dizer que ambas as questões buscam o mesmo fim. A questão “Por que devo ser racional?” é todavia, inadequada, na medida em que, ao tentarmos respondê-la deveremos apresentar razões para sermos racionais. O mesmo não acontece com a questão “Por que devemos agir moralmente?”, pois o “devo” parece não estar atrelado a uma obrigação moral.

A pergunta “Por que devo agir moralmente?”, só se aproxima de “Por que devo ser racional?”, se considerarmos o “devo”, como um dever moral. Neste caso, a primeira pergunta, torna-se redundante, pois o devo já supõe a obrigação moral.

Assim, Singer argumenta que o “devo” não está atrelado a um dever moral, pelo menos não pode estar, se pretendemos discutir ética. O “devo” pode ser interpretado como uma forma de pedir razões. Até porque, se consideramos o “devo” como “dever” moral, não estaremos levando em consideração a neutralidade e a universalizabilidade e, se a ética pretende-se neutra e universal, a

prescrição de um juízo ético não pode estar atrelada a suposições. Sua argumentação, desta forma, vai ao encontro de uma extrapolação da esfera dos interesses pessoais. Em outras palavras, a ética aplicada está inserida no conjunto das éticas conseqüencialistas, não concebendo suposições verdadeiras em si ou transcendentais. A prescrição de um juízo ético deve levar em consideração as conseqüências da ação do agente racional.

RAZÃO E ÉTICA

Agir racionalmente é o mesmo que agir moralmente? Alguns filósofos tentam demonstrar que sim e, geralmente, partem do seguinte argumento:

“1 - Alguma exigência de universalizabilidade ou imparcialidade é fundamental para a ética.

2 - A razão é universal ou objetivamente válida. Se, por exemplo, decorre das premissas: ‘Todos os homens são mortais’ e ‘Sócrates é humano’, que Sócrates é mortal, então esta inferência deve valer universalmente. Não pode ser válida para mim e inaceitável para você. Este é um ponto geral sobre a razão, tanto teórica quanto prática.

Logo:

3 - Só um juízo que atenda à exigência descrita em (1) como condição necessária de um juízo ético será um juízo objetivamente racional em conformidade com (2). Pois, não posso esperar que outros agentes racionais aceitem como válido, para eles, um juízo que eu não aceitaria se estivesse em seu lugar; e, se dois agentes racionais não pudessem aceitar os seus juízos mútuos, estes não poderiam ser juízos racionais, pela razão oferecida em (2). Dizer que eu aceitaria o juízo que faço, mesmo que estivesse no lugar de outras pessoas, e elas no meu, equívale, contudo, simplesmente a dizer que posso prescrever o meu juízo a partir de um ponto de vista universal.

Tanto a ética como a razão exigem que nos ergamos acima de nossa própria identidade pessoal - o papel que por acaso desempenhamos - não é importante. Portanto, a razão exige que ajamos com base em juízos universalizáveis e que, nessa mesma medida, ajamos eticamente.”⁶

Embora Singer esteja preocupado em construir argumentos na esfera da razão prática, que legitimem a ação moral, esta aproximação entre ética e razão parece não se sustentar. Peter Singer pretende mostrar o problema deste argumento. As duas premissas parecem irrecusáveis, a de que a ética pretende a neutralidade e a universalizabilidade; e a de que a razão é universal. No entanto, a conclusão não procede, a de que agir racionalmente é o mesmo que agir moralmente, embora decorra diretamente das premissas. Isto porque, quando se trata de um juízo racional universalmente válido, este equívale à universalizabilidade, contudo, nem todos os juízos racionais são universalmente válidos, no sentido forte do termo. O sentido forte é o da universalizabilidade. Por exemplo: se considerarmos o seguinte juízo racional egoísta, não universalizável: *“Que todos façam o que for do meu interesse”*,⁷ e outro juízo racional universalizável *“Que todos façam o que for do interesse dele, ou dela”*.⁶

O primeiro exemplo não pode ser um imperativo ético, por estar na esfera do interesse pessoal, por não poder ser universalizável. Mas pode ser base para uma ação racional. Ou seja, pode-se aceitar o egoísmo puro como racionalmente justificável, não eticamente. *“O egoísmo puro poderia ser racionalmente adotado por todos”*.⁷ O problema da conclusão deste argumento, então, está na diferença da universalizabilidade entre razão e ética. Parece-nos que o racionalmente universal está na formulação dos argumentos, na estrutura formal e, o moralmente universal encontra-se numa esfera diferente, numa esfera em que se pretende levar em consideração os interesses dos afetados por determinadas ações, pois a ética coloca o agente racional numa situação de escolha, em que ele opta pela ação Y ou Z, de acordo com as razões que considera como válidas, desde que universalizáveis, ou seja, se a ação praticada resultar em alguma conseqüência para outro agente racional,

deve-se levar em consideração os interesses do agente afetado.

Tentaremos explicitar melhor esta passagem: Dois agentes racionais, chamemo-nos A e B, defendem interesses pessoais divergentes, de forma que nem A aceita os interesses de B e nem B os de A, por entrarem os interesses em conflito. Adotar racionalmente o egoísmo puro, significa fazer com que estes agentes racionais considerem a razoabilidade da defesa dos interesses do outro. Ou seja, se perguntássemos para A, (sem que B soubesse), quais interesses que seria racional que B defendesse, A deveria responder, os interesses dele (B).

Por isso, a oposição dos agentes racionais egoístas, quanto aos atos, não indica uma oposição para com a racionalidade do egoísmo puro. Embora não seja um princípio universalizável, o egoísmo puro poderia ser aceito por todos os agentes racionais, como base racional para a ação.

Singer recusa então a equivalência entre o agir racional e o agir moral. Uma ação que me beneficia pode ser uma razão válida para ser praticada, embora não seja uma razão ética. A ética prática de Peter Singer pretende construir argumentos racionais que justifiquem ações morais. É preciso mostrar que é racional agir de modo ético. Parece possível afirmar que a tarefa da ética prática está em buscar uma fundamentação para a ação. Em outros termos, a concepção de ética de Singer pretende prescrever juízos universalmente válidos para as ações humanas.

É muito difícil sustentar uma ligação entre razão e ética. A natureza da razão prática aparece, segundo Peter Singer, como o maior embaraço. Sobre esta questão da razão prática, nosso autor recupera o pensamento de David Hume, o qual rechaça a viabilidade de uma construção racional para as ações morais.

Para este filósofo, segundo Singer:

*“na esfera da ação, a razão só se aplica aos meios, não aos fins, os fins devem ser dados por nossas vontades e nossos desejos.”*⁸

Esta concepção gera implicações, conforme Singer, citando Hume:

“Não é contrário à razão preferir a destruição do mundo inteiro a um arranhão

*no meu dedo. Não é contrário à razão, para mim, optar pela minha ruína total afim de impedir a menor inquietação de um hindu, ou de uma pessoa que me seja totalmente desconhecida. É igualmente pouco contrário à razão preferir inclusive um bem que reconheço menor a um bem maior, e Ter uma feição mais intensa pelo primeiro do que pelo segundo.”*⁹

Se a razão na esfera da ação só se aplica aos meios e não aos fins, e os fins são dados por nossos desejos e vontades, não há nada de mais em pleitear razões que justifiquem o interesse pessoal. A concepção de razão prática de Hume dificulta a aproximação entre o agir racional e o agir moral. Peter Singer considera que, mesmo que extremada, esta concepção tem resistido bem às críticas. O eixo central da razão prática de Hume está em que se parte sempre de alguma coisa desejada. Este ponto parece inegável, mas, se pretendemos agir de modo ético, independente do que queiramos, agir com imparcialidade, precisamos refutá-la.

Se concordamos com Hume, em que os fins da razão prática são dados por desejos e vontades, a necessidade racional de agir de modo ético fica complicada. Isto porque os desejos e vontades não obedecem à universalizabilidade. A concepção de razão prática de Hume obstrui o caminho para uma possível aproximação entre razão e ética. Peter Singer mostra a necessidade racional de agir de modo ético, mas desconhece uma forma de superar a natureza da razão prática de Hume.

Ética e interesse pessoal

Mostrar que é racional agir de modo ético, considerando que o raciocínio prático sempre começa por uma coisa desejada, implica afirmar que agir moralmente significaria conseguir o que queremos. Em outros termos, em uma situação prática desejo X e, considerando que é racional agir moralmente, levando em conta os desejos e vontades, então, agindo moralmente, obtenho X.

Algumas pessoas afirmam que defender a moralidade voltada para o interesse pessoal significa defender o interesse pessoal e não a moralidade, significa entender mal tudo do que trata a ética. Se oferecemos razões para as pessoas

agirem moralmente e estas razões estão ligadas estritamente ao interesse pessoal dessas pessoas, significa que as estamos incentivando a agirem de acordo com o interesse pessoal e não eticamente. Cabe-nos então a responsabilidade de apresentarmos razões que extrapolem a esfera dos interesses pessoais.

Uma resposta a esta objeção seria dizer que a substância da ação, a ação em si, parece mais importante que o motivo. Por exemplo, se um padeiro trabalha, além do horário normal, para produzir pão, visando um aumento do lucro; e um grupo de pessoas se reúne para produzir pão para doação, o pão de ambas as produções saciará a fome de quem os comer.

Visando sofisticar este argumento, Singer diz:

“Apesar de não conscientemente criada, a ética é um produto da vida social que tem a função de promover valores comuns aos membros da sociedade. Os juízos éticos fazem isto ao louvar e incentivar as ações que estejam de acordo com tais valores. Os juízos éticos dizem respeito aos motivos, porque essa é uma boa indicação da tendência de uma ação a promover o bem ou o mal, mas também porque é neste aspecto que o louvor e a reprovação podem ser eficientes para alterar a tendência das ações de uma pessoa. A consciência moral (isto é, agir com o objetivo de fazer o que é certo) é o motivo particularmente útil do ponto de vista da comunidade.”¹⁰

Os valores da sociedade são aqueles que a maioria aceita como tais, e se as pessoas que agem com o objetivo de fazer o que é certo (consciência moral) aceitassem os valores da sociedade, estariam promovendo tão somente o que valorizam. Se considerarem que faz parte de seus deveres doar alimentos a quem não possui, é o que farão. Neste sentido, as ações são balizadas pelos resultados que apresentam e não pelos motivos. A consciência moral tem valor devido à suas conseqüências e a concepção de ética, avalia os resultados. Este é o ponto fundamental da argumentação de Peter Singer, dizer que a ética deve voltar-se para os resultados, para as conseqüências significa sustentar uma posição conseqüencialista. Em

contraposição às virtudes naturais, como a benevolência, a tolerância, que já carregam valores em si, e sustentam uma posição deontológica.

Sustentar um modelo de ética com base em virtudes naturais significa não avaliar as conseqüências das ações, pois os méritos das virtudes inviabilizam uma discussão, por carregarem valores transcendentais. Por outro lado, sustentar um modelo de ética com base na consciência moral pela suas conseqüências, significa sustentar a ética com base nos interesses de todos os afetados, e não com base na consciência moral. Ou seja, a ética aplicada, proposta por Singer pretende avaliar as conseqüências de cada ação.

Peter Singer critica a noção de ética que temos normalmente em que se enfatiza o valor moral de fazer o que é certo e o agir pelos méritos em si das ações. Sugere que a noção de ética que temos tornou-se enganadora, pois o valor moral só é dado à ação, por ser correta em si mesma, sem avaliar os motivos. Muitas pessoas que aceitam agir sem perguntarem pelas razões das ações que praticam, são levadas a fazerem o que é certo. Estas pessoas estão sendo enganadas, pois sequer pedem justificativas das ações que praticam.

CONCLUSÃO

Se algumas ações morais não são defensáveis, não significa que sejam irracionais. E se algumas ações morais são justificáveis racionalmente, não significa que sejam éticas. Parece então que a pergunta inicial, leva-nos à compreensão de razões que justifiquem a ação de um ponto de vista ético.

Analisar questões eticamente é uma forma de extrapolarmos a esfera da subjetividade, do interesse pessoal, atingindo o ponto de vista mais objetivo possível, como enfatiza Sidgwick “o ponto de vista do universo”.¹¹ Este é o ponto de vista mais sublime, onde não há barreiras, não há obstáculos para a investigação, onde o pensamento está solto e, ao mesmo tempo, seguro pelos critérios da razão humana.

Agir de acordo com os interesses pessoais não diz respeito a uma ação irracional, contudo a

racionalidade pode nos levar a preocupações mais amplas, que as que se voltam somente para nós mesmos. A racionalidade pode nos conduzir à esfera do ponto de vista do universo. Quem optar por permanecer agindo somente em função dos interesses pessoais, ou os que não atingirem a esfera do “*ponto de vista do universo*”, não estão incorrendo em erro, nem tampouco sendo irracionais.

Logo, as pessoas dispostas a perguntarem “Por que devemos agir moralmente” certamente são as mais propícias a compreenderem as razões que justificam as ações humanas, sobretudo contemplando a existência do outro, ou seja, tal formulação é extremamente relevante para a ética.

NOTAS

- (1) *Nasceu em Melbourne em 1946, estudou na Universidade de Melbourne e Universidade de Oxford. Trata de questões de ética em geral, em especial as que envolvem temáticas de vida e morte, desenvolvimento na medicina e ciências biológicas, o estatuto dos animais não humanos e o meio ambiente. Tornou-se conhecido no cenário acadêmico com a publicação das obras: **Animal Liberation**, em 1975 e **Practical Ethics**, em 1979. (o grifo é nosso).*
- (2) SINGER, Peter. *Practical Ethics*. Second Edition. New York: Cambridge University Press, 1993.
- (3) No original se lê: *Why act morally?* Ibid. p. 314.
- (4) Lê-se no original: “1- Some requirement of universalisability or impartiality is essential to ethics. 2- Reason is universally or objectively valid. If, for example, it follows from the premises ‘All humans are mortal’ and ‘Socrates is human’ that Socrates is mortal, then this inference must follow universally. It cannot be valid for me and invalid for you. This is a general point about reason, whether theoretical or practical. Therefore: 3- Only a judgment that satisfies the requirement described in (1) as a necessary condition of an ethical judgment will be an objectively rational judgment in accordance with (2). For I cannot expect any other rational agents to accept as valid for them a judgment that I would not accept if I were in their place; and if two rational agents could not accept each other’s judgments, they could not be rational judgments, for the reason given in (2). To say that I would accept the judgment I make, even if I were in

someone else’s position and they in mine is, however, simply to say that my judgment I can prescribe from a universal point of view. Ethics and reason both require us to rise above our own particular point of view and take a perspective from which our own personal identity - the role we happen to occupy - is unimportant. Thus reason requires us to act on universalisable judgments and, to that extent, to act ethically.”, p. 318. Trad. Jefferson Luiz Camargo. *Ética Prática*: São Paulo, Martins Fontes, 1994, p. 335.

- (5) Ibid. p. 336. No original se lê: “*Let everyone do what is in my interests*”, p. 319.
- (6) Ibid. p. 336. Conforme o original: “*Let everyone do what is in her or his own interests*”, p. 319.
- (7) Ibid. p. 336. Lê-se no original: “*Pure egoism could be rationally adopted by everyone*”, p. 319.
- (8) Ibid. p. 338. No original se lê: “*reason in action applies only to means, not to ends. The ends must be given by our wants and desires*”, p. 320.
- (9) Ibid. p. 338. Conforme o original: “*Tis not contrary to reason to prefer the destruction of the whole world to the scratching of my finger. Tis not contrary to reason for me to choose my total ruin, to prevent the least uneasiness of an Indian or person wholly unknown to me. Tis as little contrary to reason to prefer even my own acknowledged lesser good to my greater, and have a more ardent affection for the former than the latter*”. p. 320.
- (10) Ibid. p. 341. Lê-se no original: “*Ethics, though not consciously created, is a product of social life that has the function of promoting values common to the members of the society. Ethical judgments do this by praising and encouraging actions in accordance with these values. Ethical judgments are concerned with motives to promote good or evil, but also because it is here that praise and blame may be effective in altering the tendency of a person’s actions. Conscientiousness (that is, acting for the sake of doing what is right is a particularly useful motive, from the community’s point of view.*” p. 323.
- (11) Ibid. p. 351. No original se lê: “*the point the view of the universe*”. p. 334.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SINGER, Peter. *Practical Ethics*. Second Edition. New York: Cambridge University Press, 1993.
- _____. *Ética Prática*. Trad. Jefferson Luiz Camargo: São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- _____. *How are we to live? Ethics in an age of self-interest*. New York: Prometheus Books, 1995.